



USP ESALQ – ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Veículo: Portal EPPiracicaba

Data: 03/06/2011

Link: <http://eptv.globo.com/piracicaba/noticias>

Caderno / Página:

Assunto: Presidente da Unica está entre os profissionais formados pela ESALQ

Presidente da Unica está entre os profissionais formados pela Esalq

Instituição prepara para atuação nacional e internacional

Muitos profissionais formados pela Esalq conquistaram posição de destaque nacional e internacional em suas áreas de atuação. Dois deles, Marcos Sawaya Jank, presidente da Unica, e o consultor Tasso Rezende de Azevedo, contam um pouco de sua trajetória.



Formado na Esalq em 1984, **Marcos Sawaya Jank** é presidente da Única (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) desde junho de 2007. Foi idealizador e primeiro presidente do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône). Durante 13 anos foi professor do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Esalq. É livre docente e engenheiro agrônomo pela Esalq, doutor pela FEA-USP e mestre em políticas agrícolas pelo IAMM de Montpellier, França.

Consultor e coordenador de projetos do Banco Mundial, BID, FAO, PNUD, OCDE, Fundação Hewlett, Agência Suíça para a Cooperação e o Desenvolvimento (SDC) e Departamento para a Cooperação Internacional do Reino Unido (DFID), Jank é ainda conselheiro da Presidência da República no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)

Com mais de 200 trabalhos publicados e cerca de 500 palestras realizadas em eventos no País e no exterior, Jank foi indicado recentemente como uma das 100 personalidades mais influentes do Brasil pela Revista Época.

Como executivo do setor sucroalcooleiro, você considera que é possível que o setor produtivo nacional consiga produzir um etanol de boa qualidade e com preço mais competitivo frente à gasolina?

O que acontece é que o setor passa por uma revolução extraordinária, que começa na criação do programa do etanol nos anos 1970, avança com os automóveis flex que hoje já atingem 50% da frota brasileira e, nos últimos anos, com a internacionalização do etanol por conta dos programas de vários países que tem buscado essa via energética como forma de reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

Hoje o principal programa no mundo é o norte americano e nós estamos nesse momento em uma imensa 'briga' para abrir aquele mercado para o produto brasileiro. Existem ainda o programa europeu, o japonês e mais cerca de trinta países trabalhando com esse propósito.

Mas o preço será competitivo para o consumidor?

Durante os últimos trinta anos, o preço do etanol caiu cerca de 70% em termos reais, enquanto o petróleo triplicou de preço. Portanto, o etanol só ganhou competitividade neste período e o petróleo perdeu. A tendência é o petróleo custar cada vez mais e os biocombustíveis cada vez menos.

Quais fatores permitirão a queda do preço do etanol?

O etanol é limpo e renovável e ainda podemos incorporar muito mais tecnologia. Basta dizer que há 30 anos nós produzíamos três mil litros de etanol por hectare e hoje estamos chegando a oito mil litros por hectare. Temos tecnologias em laboratório que permitirão atingirmos 14 mil litros por hectare. A Esalq tem um papel muito importante nessa trajetória, assim como a região de Piracicaba como um todo, já que o CTC, nosso principal centro tecnológico está localizado aqui.

Basta dizer que ainda estamos iniciando a utilização do bagaço e da palha da cana, a chamada biomassa da cana, para produzir eletricidade e etanol celulósico de segunda geração. Ou seja, o etanol já teve o seu custo reduzido e, com os ganhos de produtividade que ainda virão de pesquisas de ponta a serem concretizadas, nós reduziremos ainda mais, sem contar o efeito ambiental gerado pela redução de emissão de gases do efeito estufa em escala global. No ano passado, ganhamos o nosso "passaporte" para exportar o etanol para o mundo com o reconhecimento do etanol de cana-de-açúcar como um "biocombustível avançado" pela Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos, a EPA.



Logo após se formar na Esalq, **Tasso Rezende de Azevedo** trabalhou na criação do Imaflora - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola que dirigiu até 2002. O foco nesta fase foi no desenvolvimento da certificação como instrumento de catalisação da transição para sustentabilidade no setor florestal.

Em 2003 foi trabalhar com a então recém indicada Ministra do Meio Ambiente Marina Silva na implementação do Programa Nacional de Florestas e do Plano Nacional de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia. Com a criação da Comissão Nacional de Florestas e a aprovação da Lei de Gestão de Florestas Públicas se dedicou entre 2006 e 2009 à implantação do Serviço Florestal Brasileiro e à criação do Fundo Amazônia.

Em 2009 passou a atuar como consultor independente tendo como atividade central assessorar o Ministro do Meio Ambiente em temas de floresta e clima além de participar de uma série de conselhos de entidades e empresas.

Que tipo de profissional o mercado espera?

Não acredito em um perfil que o "mercado espere", mas sim no profissional que a sociedade precisa para promover a nossa transição para um mundo mais sustentável e menos desigual. São pessoas que entendem o sentido de propósito de sua profissão, instigam, interagem com o mundo em rede, percebem diferenças de opinião e as encaram de frente, são consistentes e sabem aprender, multiplicar e disseminar o conhecimento. Pessoas que focam no resultado, mas valorizam o processo.

Você aborda, em artigo, o tema da orientação para uma economia descarbonizada. Sobre diminuir as emissões de CO2, o poder público e as empresas brasileiras estão em sintonia no que se refere às ações práticas?

O Brasil é o país com as maiores oportunidades de se tornar uma economia de baixo carbono. Possui o maior potencial de energia eólica, solar, hidroelétrica e de biomassa no planeta. Isso é único. Embora tenhamos avanços, ainda temos um longo caminho pela frente. Nossas emissões per capita (CO₂eq) são altas, especialmente pelas emissões relacionadas ao desmatamento e ao setor agropecuário que representam mais de 70% das emissões do Brasil.

A definição de uma meta de redução das emissões do Brasil para 2020 anunciada pelo governo brasileiro e fixada na Lei da Política Nacional de Mudanças Climáticas, com apoio do setor empresarial progressista é um passo importante. Nosso progresso em áreas como etanol, reflorestamento, hidroeletricidade e redução desmatamento é notável, mas ainda é preciso que a transição para uma economia de baixo carbono seja incorporada no planejamento plurianual dos governos nas três esferas e ascenda ao mais alto nível de decisão da maioria das empresas brasileiras. *(Entrevistas concedidas à Assessoria de Comunicação/Esalq)*